

Artigo

Texto 10

EXIBIR O COTIDIANO NEGRO: RESISTÊNCIAS FEMININAS, POR MEIO DO VESTIR, NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Resumo: O escrito tem como intuito analisar o uso de turbantes em fotografias de mulheres negras da segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro. Tais fotografias são aqui compreendidas como um registro de atos de autodeterminação e resistência das mulheres negras no período. Para o desenvolvimento dessa análise, selecionamos quatro fotografias do período produzidas em estúdios fotográficos. As fotografias foram separadas em dois grupos: um associado ao trabalho e outro associado à opulência. O modo de organizar as temáticas a serem aprofundadas teve como base metodológica a análise de imagens fundamentada no conceito de circuito social da Fotografia da historiadora Ana Maria Mauad. Dessa forma, este escrito pretende ampliar a discussão sobre a temática analisada ao trazer outros pesquisadores que discutem roupas como um elemento histórico analítico.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Resistência; Escravidão; Rio de Janeiro.

Abstract: The aim of this paper is to present an analysis of the use of turbans in photographs from the second half of the 19th century, in Rio de Janeiro, as a record of acts of self-determination and resistance by black women in the period. To develop this analysis, we selected four photographs from the period, produced in photographic studios, separated into a group associated with work and another associated with opulence, which was the way of organizing the themes to be presented, making methodological use of the analysis of images, based on the concept of social circuit in Photography by Ana Maria Mauad, and expanding the discussion by bringing in other authors who discuss clothes as an analytical historical element.

Keywords: Black Woman; Resistance; Slavery; Rio de Janeiro.

1 Professora e Pesquisadora em História. Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Ensino de História da África pela Pós-graduação do Colégio Pedro II. Atua como colaboradora na consultoria histórica na Comissão da Verdade da Escravidão no Brasil. Suas pesquisas dão enfoque em História da África e Afro-Diáspora. Também dialoga com Ensino das temáticas, assim como educação antirracista, Moda Decolonial, Gênero, História do Brasil, História Cultural e integra os grupos de pesquisa Fayola Odara/USP, CULTNA/UFF e NEHMI/UERJ.

Introdução

Este escrito tem como intuito apresentar parte das discussões que tenho desenvolvido em minhas pesquisas acadêmicas, assim como no espaço da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil (CVENB), da subseção OAB - Barra da Tijuca/ RJ, a qual faço parte. A colaboração com a CVENB me trouxe a confirmação da necessidade de tornar públicas as discussões que vêm se ampliando em meios intelectuais, de diversos saberes. Principalmente as que evidenciam as resistências de populações negras africanas que foram trazidas forçadamente na condição de escravizados às Américas.

Como educadora, iniciei a minha trajetória de ensino atrelando ações que tinham como proposta também o combate ao racismo e a eurocentricidade que se mantem dos conteúdos disciplinares a serem discutidos em sala de aula e fui ampliando esse movimento conforme as condições de pesquisadora me permitiram. Concomitante a esse movimento, tinha consciência da necessidade de um esforço coletivo que tornasse essa iniciativa algo mais amplo e acessível para outros formadores de opiniões, como os intelectuais que disseminam as análises que temos desenvolvido. Sendo assim, este escrito, como mencionado anteriormente, tem o intuito de apresentar discussões sobre aspectos do sistema escravagista que entendemos como saberes necessários à população brasileira. Nesse sentido, ressaltamos a questão da resistência negra.

Atualmente temos nos deparado com manifestações, extremamente necessárias, de valorização de personagens históricos negros e suas ações de resistência. Em sua maioria, as ações de resistência apresentadas são aquelas desenvolvidas em espaços políticos institucionais e/ou com ações armadas. Atualmente, a percepção dessas ações de resistência negra tem sido ampliada às mulheres em um importante movimento de reconhecer e publicizar personalidades negras que fizeram parte da História do Brasil.

Ainda assim, esse movimento encontra nos registros históricos um eloquente limitador, haja visto que o mesmo sistema que marginalizava os sujeitos negros na sociedade brasileira apagou uma grande parcela de homens negros e mulheres negras que carregavam em seu cotidiano, em seu existir, em seu perambular, manifestações de resistência ao sistema escravagista no dia a dia. Tendo isto como ponto de partida, este escrito traz a proposta de se refletir sobre um contexto aparentemente contraditório: mulheres negras que não tiveram seus nomes registrados em documentos oficiais, mas que tiveram seus rostos e corpos estampados em fotografias da segunda metade do século XIX, no Brasil.

Imagens assim estão presentes em arquivos, acervos públicos e privados, online e presenciais. A facilidade de acesso a estas fontes nos traz a possibilidade de reconstituir com importantes detalhes o cenário social em que algumas dessas mulheres fotografadas vivenciaram no século XIX. Em sua maioria, essas mulheres não possuíram seus nomes associados às suas imagens e acabaram sendo erroneamente associadas às personalidades negras, nominalmente conhecidas, mas que não contaram com o registro de

suas imagens. O que nos reafirma a latente ausência e apagamento históricos das memórias públicas sobre a população negra no Brasil. Assim como, o descaso de pesquisadores quando o assunto são os indivíduos negros.

Ainda que o ato de fotografar tenha sido, desde meados do século XIX, uma característica latente na sociedade brasileira, essa dinâmica de não associação das mulheres negras fotografadas e outros dados, como seus nomes, é um cenário comum na historiografia brasileira. Um aspecto bem diferente quando tratamos dos fotógrafos, produtores dessas imagens. Nomes como Christiano Júnior, Marc Ferrez, Augusto Stahl e outros, são comuns aos pesquisadores que usam fotografias do período como fontes para seus estudos, o que torna possível fazer um rastreo de grande parte da história e da trajetória pessoal e profissional desses sujeitos. Assim como é possível dar um rosto a esses personagens históricos.

O que se apresenta como uma característica sintomática do apagamento intencional de personagens negros das fontes arquivadas. A temática proposta neste escrito demonstra a presença de imagens e registros de sujeitos negros na sociedade brasileira do Oitocentos. No entanto, é importante frisar que o acesso e a divulgação destes rostos não era algo comum ou que se mostrasse uma preocupação por parte dos estudiosos. Resultando em uma história brasileira elaborada por personagens negros “sem rosto” e por personalidades “sem cor” ou embranquecidas como casos de Machado de Assis e Luís Gama, o que afeta diretamente na consolidação, dentro do imaginário social, da consistente presença de negros e negras em nossa formação enquanto sociedade.

Essa escassez documentária, em um passado, próximo foi pretexto para que tais imagens fossem vistas unilateralmente como produções que sofriam interferência dos fotógrafos que a produziam e, por isso, o pesquisador deveria ter uma maior cautela analítica ao tratar do sujeito fotografado. Esta ideia se aproximava da perspectiva de que somente o fotógrafo seria capaz de ser entendido como agente produtor da fotografia. Mas, segundo Ana Maria MAUAD (1996) ao analisarmos uma fotografia como fonte de estudos, precisamos levar em consideração diversos dos seus aspectos e, para isso, precisamos considerar elementos que façam parte da sua agência, da sua produção. Assim como, elementos que façam parte da sua circulação e do seu consumo. A perspectiva apresentada por Mauad nos apresenta um modo plural e totalizante de analisar fotografias, permitindo que extrapolemos a ideia de que a imagem produzida tenha como intuito, unicamente, o registro de um tipo exótico de sujeito. Não que essa não tenha sido a mentalidade desses fotógrafos oitocentistas, mas, neste escrito, te convidamos a pensar em conjunto como a presença das mulheres negras fotografadas pode ser, também, uma intervenção, ou mesmo uma proposta de autodeterminação, segundo Patrícia Hill Collins (2019) sobre os seus corpos e/ou sobre o modo como seria vista/consumida por terceiros.

Segundo Ana Maria Mauad e Mariana Aguiar de Ferreira Muaze (2006) o Brasil era um forte consumidor e produtor de fotografias, fossem de personalidades da aristocracia, fossem dos chamados Typos Humanos² de

muitas partes do mundo. Nessa categoria entrava uma parcela considerável das mulheres negras que abordamos³, e elas eram registradas nessa esfera da tipificação de seres humanos, como um modo de explorar a diversidade que se tinha de negros e negras no Brasil.

Neste aspecto, podemos entender o espaço da foto como uma reafirmação da subalternidade dessas mulheres negras no sistema escravagista que poderia fazer com que muitas estivessem ali por não ter escolhas sobre seus corpos. Com esse entendimento, concordamos que o sistema escravagista se fortalecia em prol de subalternizar essas mulheres negras em todas as esferas de suas vivências. No entanto, nossa proposta consiste no diálogo com as ideias de Mauad (2005), ao afirmar que o processo de desenvolvimento do que ela intitula como Império do Retrato, tornou-se possível a partir da construção do binômio de “educar e ser educado” socialmente. O que nos traz a ideia de que uma foto ao ser produzida surge de um conjunto de códigos socialmente consolidados que permitem que todos aqueles que consomem aquela imagem sejam capazes de decodificar (ler) os elementos que estão inseridos na produção. Ao passo que, esses mesmos códigos só podem ser lidos porque ao serem registrados passaram a servir como educadores dos olhares dos consumidores

2Tipos Humanos eram os modos como chamavam fotografias produzidas por profissionais para serem vendidos a públicos que tinham interesse em imagens de sujeitos que representavam o que as sociedades europeias entendiam como exóticas. 3Não afirmamos todas pois há hipóteses de que a repetição de mulheres negras em diferentes poses, roupas e fotografias é um vestígio para a afirmação de que elas poderiam servir como modelos de fotógrafos para a produção de imagens dos chamados Tipos Humanos.

Ou seja, ao mesmo tempo que há uma educação/demonstração dos elementos e códigos a serem legitimados/consumidos pela sociedade brasileira, são estes mesmos sujeitos que constroem estes códigos, em seu cotidiano. Sendo assim, as mulheres que trazemos como sujeitas destas fotografias tinham em seus corpos e ações cotidianas os códigos que passaram a ser associados às mulheres negras para a leitura de suas imagens. E isso ocorria a partir de suas práticas cotidianas. Seria como um movimento de ensino a partir do que aqueles sujeitos tinham como práticas. Isso se dá por meio da união dos elementos e corpos que são fotografados. E o que esses corpos traziam nas imagens? Roupas, adornos, acessórios e elementos externos que as associavam a determinados tipos de trabalhos braçais. Dessa forma, nesse momento de discussão, daremos foco ao turbante, elemento que vestia e demarcava a presença do universo africano em territórios brasileiros.

1- Panos que representam resistências afrodiáspóricas

O turbante, uma peça do vestir, que tem a sua conexão com a ancestralidade africana resgatada e reivindicada ao longo da História do Brasil, também é um elemento que aparece em muitos dos registros fotográficos de mulheres negras em sociedades oitocentistas brasileiras. Com enfoque no

território do Rio de Janeiro, as fotografias que temos contato até o momento ilustram um cenário amefricano⁴ em que o elemento é diretamente associado às mulheres negras e se torna uma peça recorrente em suas vestes.

Ainda assim, algumas autoras como Patrícia March de Souza (2011) questionam a origem africana do turbante apontando que os turbantes eram usados no norte do continente, associado a homens, trazendo uma assimilação dos territórios árabes, nos processos de migrações entre os espaços. Essa opção é uma manifestação possível dentro do território africano, haja visto a grande conexão entre o universo árabe e o norte do continente, acima do deserto do Saara. Dessa forma, fundamentados no pensamento afrodiaspórico, defendemos a afirmativa de que a manifestação do uso da peça no Brasil é feita a partir da entrada de africanos escravizados nas Américas.

4 Conceito produzido pela intelectual Lélia Gonzalez, a partir da necessidade de um conceito que nos permita analisar metodologicamente os territórios brasileiros em sua formação histórica nacional, levando em consideração que esta tem uma base afrodiaspórica e indígena.

Também contamos com as pesquisas de Helen Bradley Foster (Apud Souza, 2011, p.242), que afirma a introdução dos turbantes como uma ação europeia. A partir da hipótese da autora, de que os turbantes “passaram a ser usados por mulheres africanas, depois do início da expansão do comércio europeu na África, notadamente na Costa da África Oeste onde seres humanos eram trocados por tecidos e roupas”. Outra versão da origem europeia dos turbantes está associada a Napoleão Bonaparte.

Após Napoleão Bonaparte fazer uma incursão ao Egito, este teria voltado trazendo algumas peças de turbantes e xales. Estes acessórios passaram a ser usados nas vestes das mulheres francesas e a partir de então, estes teriam sido exportados para outras partes do mundo, como objetos de desejo e consumo. Mas, se pensarmos nessa lógica que reafirma a ideia de produção europeia e desejo/consumo das colônias, questionamos o motivo pelo qual mulheres brancas abastadas não foram registradas no Brasil fazendo uso de turbantes. Se a moda francesa era o turbante, onde podemos encontrar um número expressivo de registros visuais e escritos sobre a oferta deste produto à elite brasileira, que era o contingente que consumia os objetos europeus aqui desembarcados?

Não temos o intuito de esgotar essa discussão nesta análise, mas nos propomos a trazê-la como provocação à tentativa teórica de associar mais um elemento de consumo colonial ao desejo de equiparação à metrópole. Por isso, arriscamos afirmar que o turbante não só não inundou o cenário de registro visual brasileiro por parte das classes mais abastadas como também foi rejeitado a partir de sua associação com mulheres brancas trabalhadoras da Europa.

A ideia da elite era se distanciar o máximo possível desse universo do trabalho e, em contraponto, se constrói uma consolidada associação do trabalho à sujeitos negros. Neste sentido, Silvia Escorel (2000) afirma o torço,

outro nome dado ao turbante, como um elemento “identificado com a condição de servidão”. Esta associação ocorre tanto entre pessoas negras quanto por pessoas brancas. As discussões sobre o vestir contribuem para a análise sobre trabalho e raça, como quando pensamos sobre os casos de discriminação por meio das vestimentas, a manutenção do acesso limitado ou a ausência do acesso à produtos de consumo por parte da população pobre e negra, assim como a associação criminal a determinados tipos de roupas e outros aspectos a serem desenvolvidos. Um exemplo histórico de ação discriminatória sobre o uso dos turbantes foi a proibição dos itens em territórios europeus, em especial em Portugal, por lembrar o bioco muçulmano (Souza, 2007). O que nos dá apontamentos de que a origem também intensificava a marginalidade de determinados elementos do vestir.

Sobre as fotografias in loco, selecionamos dois tipos de fotografias em que os turbantes aparecem: as fotografias de trabalho e as fotografias de opulência. Para este estudo, nos limitamos a pensar em dois pares, todos com fotografias internas, que são aquelas produzidas em estúdios fotográficos e tivemos o recorte espacial do Rio de Janeiro. Para o primeiro grupo selecionamos imagens relacionadas à trabalho, onde contamos com produções do fotógrafo José Cristiano de Freitas Henriques Júnior e no segundo grupo, com fotos relacionadas a opulência, com produções do fotógrafo Augusto Stahl. A seguir a primeira dupla de imagens:

Fotografia 1: Fotógrafo: José Christiano Júnior (c,1865). Instituto Moreira Salles. Fotografia 2: Fotógrafo: Christiano Júnior (c.1870). Ermakoff (2004, p. 134).

Nas imagens apresentadas, as mulheres negras estavam associadas ao trabalho, a partir dos elementos expostos no cenário da fotografia. O que aponta a preocupação do fotógrafo em representar uma realidade do trabalho dessas mulheres. É importante frisar que este seria um cotidiano reproduzido em estúdio, pois as reproduções tinham um compromisso com o que se entendia no oitocentos como o registro da realidade, pois a fotografia era vista como a possibilidade de retratar o real (Mauad, 1996). Ainda que esse conceito seja discutido e que hoje tenhamos maior consciência de que um registro visual não necessariamente retrata a “realidade pura”, o período contava com esse suporte, visando a ideia de que, toda imagem precisava ter um diálogo aproximada com o que “realmente” ocorria nas cidades brasileiras, principalmente as que seriam consumidos por públicos curiosos por imagens de territórios distantes de suas realidades e que representassem um imaginário de exotismo.

Sendo assim, ainda que o cenário seja algo montado nos estúdios, ele surgiu a partir das práticas dessas mulheres em seus cotidianos, o que não era diferente no caso dos turbantes. O que se torna um demonstrativo da ideia anteriormente apresentada de que o olhar educado pela fotografia constrói a associação de trabalhos a sujeitos negros, ao mesmo tempo em que a mise-en-scène montada para o registro fotográfico educador foi pensada com base nas atividades comerciais de mulheres negras no cotidiano citadino.

Um exemplo dessa assimilação é a fotografia 1, que conta com uma mulher sentada ao lado do que seria os produtos de seu comércio e mesmo sentada, sem precisar carregar o balaio⁵ a sua cabeça, está usando um turbante junto a rodilha⁶. Essa peça está presente em alguns registros externos, ou seja, feitos nas ruas de cidades brasileiras, em momentos em que as mulheres carregavam tabuleiros a cabeça, o que segundo Jean Baptiste Debret⁷ era um tecido em especial para aquelas que trabalhavam com o mercadejar:

O cesto brasileiro serve ao negro, para transportar à cabeça, diferentes espécies de objetos. O carregador, nesses casos, não se esquece de sua rodilha, trapo de algodão, grosseiro, sempre sujo e que é enrolado como uma almofada para preservar a cabeça do contato com o fardo” (Apud Cunha, 1988, p. 25).

O turbante era uma peça usada para amortecer o peso dos produtos carregados à cabeça, pelas vendedoras. A mesma foto apresenta um padrão de turbante mais enxuto, com menos volume, que aparece associado também à ideia de que para carregar algo a cabeça, a comerciante ao usar um turbante menor, precisaria de um apoio extra, no caso a rodilha. Este turbante menos volumoso também a distância das demais imagens que trazem mulheres com turbantes volumosos.

5 Balaio: cesto, travessa ou tabuleiro, utilizado à cabeça pelas mulheres que comercializam de modo ambulante pelas ruas das cidades oitocentistas brasileiras. 6Essa peça em que se resume ao uso de um pano enrolado como uma roda para amortecer o peso do balaio na cabeça de quem o carregava. 7 Jean Baptiste Debret, importante pintor e desenhista francês que integrou a Missão Artística Francesa chegando ao Brasil no início do século XIX. Ao retornar à Europa, publicou relatos escritos e visuais da sua viagem, com registros sobre pessoas, natureza e interações sociais brasileiras do período.

O caso da segunda imagem, é de uma cena interna que reproduz um momento comum no cotidiano de comerciantes, ao mesmo tempo que traz um detalhe que se destaca: o turbante intacto, sem amasso ou irregularidade em sua amarração. Esse padrão nos permite interpretar essa reprodução de um turbante volumoso como a ideia de reproduzir a “verdade”, haja visto que os turbantes volumosos estão presentes no cotidiano carioca, porém também nos trazem a limitação entre o cotidiano vivido e o cotidiano montado, pois não teria como uma mulher que precisasse carregar um balaio, não amassasse seu turbante. O que nos permite apontar o turbante tanto como uma peça de embelezamento, quanto de funcionalidade laboral.

Ao defendermos a ideia do uso do turbante como uma influência das organizações das identidades afrodiaspóricas, também recordamos que ele é um elemento que se mantém como auxiliar na produção laboral destas mulheres, o que, a nosso ver, enriquece a sua relação com o universo feminino negro, permitindo que recordemos sofrimentos e batalhas travadas por estas mulheres em prol de resistir ao sistema escravagista que tinha uma premissa de subalternidade e servidão das populações negras. Então, ao mesmo tempo em que essa associação ao mundo do trabalho era vista pelas sociedades

oitocentistas, como algo de desfavorecimento da condição de humanidade, este mesmo aspecto era reivindicado por mulheres negras em diferentes momentos e condições de acúmulo de pecúlio.

O exemplo dessa diferente perspectiva pode ser visto a partir da foto 2, em que a mulher negra registrada faz uso do turbante assim como as demais comerciantes. Mas as outras peças de tecidos, saia e xale, tem condições que se associam a uma perspectiva embranquecida de prosperidade financeira. A partir do acúmulo de pecúlio, estas mulheres também buscam ilustrar a sua ascensão social a partir do vestir e essa fotografia nos permite analisar um modelo de roupa em que a presença de itens como tecidos preservados, saia volumosa, xale associado ao universo branco abastado e o vestido com estamparia de pequenos elementos.

No entanto, o uso destes elementos não elimina a ideia da identidade negra que é ratificada a partir do uso do turbante. O que também nos permite ratificar a ideia de que independente dessa aproximação de uma parcela social enriquecida, essa mulher negra ainda vivenciam essa condição de subalternidade, que é desenhada pelos mesmos elementos que a distanciam de outras mulheres negras pobres – o seu vestir, que é uma das estruturas que usavam para visualizar suas influências e vivências negras.

2- Ser vista como resistência

Mas não só da associação ao trabalho viveu a produção de fotografias de mulheres negras nas sociedades oitocentistas. Por isso, apontamos o processo de distanciamento versus permanência, quando equiparado a relação entre mulheres negras, a partir de imagens do que chamamos de opulência, que seriam as fotografias que buscavam separar algumas mulheres negras da condição de trabalho, ao mesmo tempo que a reafirmaram enquanto pessoas negras, em uma associação a subalternidade.

Não caímos na falácia de que haveria uma construção intencionalmente positiva destas mulheres por parte dos fotógrafos, mas como eles buscavam o registro da “realidade”, havia espaço para a presença de elementos de “riqueza”, registrados em relatos de viajantes e desenhos que descreviam terras brasileiras em períodos anteriores. As imagens exemplificam a ausência de elementos associados ao universo do trabalho, como nas imagens 1 e 2, assim como trazem roupas volumosas e preservadas, que, a partir de nossas análises, buscam ratificar o distanciamento da labuta braçal.

Fotografia 3: Mina Igeiobá. Fotógrafo: Augusto Stahl (c.1865). Ermakoff (2004, p.244). Fotografia 4: Mina Nagô. Fotógrafo: Augusto Stahl (c.1865). Ermakoff (2004, p.244).

Um diferencial marcante entre os tipos de turbantes é o volume que, no segundo grupo, aparece como uma marca em ambos os registros fotográficos selecionados e, por ocupar uma parte considerável da imagem, nos permite defender a ideia de que a sua presença, assim como o volume e o enquadramento, faz parte da intencionalidade do fotógrafo em demarcar a

associação destas mulheres negras ao continente africano. Relação esta que se confirma a partir de outros elementos de suas roupas e corpos, como o caso do pano da costa, presente nas imagens e que também conta com uma considerável presença no registro imagético, assim como as leves escarificações presentes nos rostos dessas mulheres outro elemento que se associa à condição de nascida em África e que versava sobre as suas sociedades de origem neste continente⁸.

Trazendo esse olhar das fotografias de opulência oitocentista para os dias atuais, o uso de turbantes que cobrem totalmente a cabeça é também uma variante reconstruída nos espaços brasileiros no que se refere à questão religiosa. O turbante serve como proteção ao orí (cabeça), pois em momentos ritualísticos em religiões de matrizes afrobrasileiras é preciso proteger partes do corpo, principalmente a cabeça, que é de onde vem os atributos do indivíduo. O orí é o canal direito com o sagrado, por onde o orixá se comunica com seu “filho”, o que torna fundamental a sua proteção. Ao mesmo tempo, faz com que estes turbantes participem das roupas de orixás e encontram nas práticas das religiosidades de matrizes afro-brasileiras, um modo de preservação da sua conexão com sua ancestralidade africana⁹.

E, é nesse cenário que podemos reacender, de modo mais nítido, a ideia do turbante como elemento de resistência e identidade, reivindicado por mulheres negras atualmente, mas também por nossas ancestrais africanas. Pois, os turbantes, envolvidos nas práticas religiosas cotidianas nos são apresentados a partir de uma hierarquia de uso, assim como um espaço de contribuição individual para se representar. No caso das religiosidades de matrizes afro-brasileiras, Torres (2004, p.441) nos apresenta a ideia de que é o elemento em que mulheres negras nascidas no Brasil também dão espaço à sua imaginação e espírito criador, assim como introduzem variantes ocasionais de seus trajes. Ou seja, o turbante permite mesclar a hierarquia assim como a individualidade de mulheres negras que veem em suas amarrações possibilidades de reivindicar suas formas de serem vistas no mundo.

8 Segundo Mariana Muaze (2017) o registro desses elementos africanos no vestir de pessoas negras, junto aos registros de diversidade de pessoas tentava contribuir para uma narrativa do que ela nomeia de “violência apaziguada”, que tinha a proposta de pensar uma convivência harmonia entre sujeitos brancos e negros na sociedade brasileira oitocentista. O que arriscamos defender como um dos desdobramentos do discurso embrionário da democracia racial no país, no período. 9 Para mais discussões sobre a temática, ver: Rossotti (2019).

Considerações parciais

Após estes apontamentos, defendemos a ideia dialogada com a Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, de que precisamos consolidar nossas identidades afrodiáspóricas. Para tanto, as possibilidades e recursos são diversos, por isso, cabe a nós pensar e apresentar estratégias para que essas movimentações sejam consolidadas. Para que isso ocorra precisamos de um respaldo legislativo que salguarde a importância de uma construção

social antirracista, em todos os seus modos sociais, principalmente na esfera educacional.

O que nos permite apontar a necessidade de recorrermos a Lei 11.645/08, que incrementa a Lei 10.639/03, e que permite que ampliemos esses diálogos ancestrais com os povos indígenas. Afinal, tratar da importância dos elementos visuais do vestir nos permite uma associação direta com o resgate de uma ancestralidade africana que perpassa por uma construção diaspórica da sociedade amefricana em que estamos inseridos.

Em nossa avaliação, o ser visto é ainda uma condição negada a muitos sujeitos históricos negros, haja visto que todas as mulheres trazidas neste trabalho não tiveram seus nomes, e nenhuma outra identidade, registrada, para além da ideia de origem da sua nação africana (fotos 3 e 4), o que também contou com casos de inventividade colonialista. Sendo assim, o intuito de trazer o vestir do turbante como uma ação de resistência, é para abordarmos a importância da construção e manutenção da autodeterminação de corpos femininos negros, em sua coletividade.

Patricia Hill Collins (2019), aponta a importância política que esta autodeterminação nos traz, pois, esta é o resultado da criação de uma identidade que extrapola a imposição da sociedade eurocentradas/colonialista. Por isso, defendemos que o uso do turbante nos registros fotográficos deve ser entendido como uma ferramenta de autodeterminação destes corpos, que mesmo participando de clicks em estúdios fotográficos, orientados por fotógrafos brancos e europeus, traziam em seus corpos elementos que faziam parte de seu cotidiano, o que educava o olhar destes como um elemento a ser associado ao universo afrodiaspórico e, conseqüentemente, a América.

E, para que essa manifestação visual mantenha seus sentidos, precisa fazer parte da codificação educacional que temos construído em nosso território nacional, o que afirma a necessidade de ação em cima da Lei 11.645/08, ultrapassando uma ideia de ação “jogada” no colo da comunidade escolar. Para gerar frutos, essa construção deve fazer parte das diversas instâncias políticas que nos direcionam socialmente, sendo assim, este escrito se finda como um protesto em busca de reivindicar a necessária ação de que elementos como o vestir e todas as outras formas de resistências de populações negras e indígenas nos sejam apresentadas, com o intuito de construir e consolidar uma sociedade democrática que reconhece a história de resistências dos seus povos.

Referências bibliográficas

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo editorial, 2019.
_____. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa B. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312. ERMAKOFF, George. O Negro na fotografia brasileira do século XIX. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004. ESCOREL, Silvia. Vestir poder e poder vestir: o tecido social e a trama

cultural nas imagens do traje negro (Rio de Janeiro – século XVIII). 2000. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.92-93, p. 69-82, jan. / jun., 1988. MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e história interfaces. Tempo, v. 1, nº 2, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. _____ . Entre retratos e paisagens: as imagens do Brasil oitocentista. In: Marcondes, Neide e Belloto, Manoel (orgs.). Turbulência cultural em cenários de transição: o século XIX ibero-americano. São Paulo: Edusp, 2005. MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez (1882-1885). Revista Brasileira de História. 2017, v.37, n. 74, pp. 33-62. abr. 2017. Acesso em 25 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-02> _____ . O império do retrato: família riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). 2006. 403 f. Orientadora: Ana Maria Mauad. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2006. ROSSOTTI, Beatrice. “Vestir-se negra”: roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX – Rio de Janeiro e Salvador. 164 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. SOUZA, Patrícia March de. Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. SOUZA, Vanessa Raquel Lambert de. O vestuário do negro na fotografia e na pintura: Brasil, 1850 – 1890. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2007.

Palavras Chaves

Mulheres Negras; Resistência; Escravidão; Rio de Janeiro.